



**56° Congresso Internacional de Americanistas (ICA)
“Universalidade e particularismo nas Américas”.
Universidade de Salamanca, de 15 a 20 de julho de 2018.**

Convidamos a comunidade acadêmica para participar com o envio de propostas de trabalho para o Simpósio **“Política agrária no Brasil e Genocídio: conflitos e impasses no reconhecimento e efetivação dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais”**, do eixo temático “Estudos Sociais”.

Resumo do Simpósio 12/44: “Política agrária no Brasil e Genocídio: conflitos e impasses no reconhecimento e efetivação dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais”,

As políticas de desenvolvimento econômico no Brasil incentivam a expansão do agronegócio e têm reflexo direto na questão fundiária que comprometem os direitos territoriais e identitários dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Além disso, as políticas energética e mineradora, para sustentar o modo de produção capitalista hegemônico, pressionam os territórios tradicionais desses povos e comunidades, gerando conflitos socioambientais que provocam os denominados “genocídios cotidianos”, em razão das ameaças e perda da relação necessária com a terra, essencial para sobrevivência e reprodução física, social e cultural. A expansão das fronteiras agrícolas em detrimento da demarcação de terras indígenas, da titulação de terras quilombolas e de populações tradicionais, gera violação da dignidade das pessoas e dos direitos da natureza. Os direitos territoriais desses povos não se dissociam de seu direito à vida, à identidade e à cultura. Sem território e sem direitos elementares à sua sobrevivência, sofrem racismo institucionalizado,

violências físicas e morais. A consequência desses conflitos configuram genocídio com base na Convenção da ONU para prevenção e a repressão do genocídio (1948) e na Lei n. 2.889/1956. Viola também a Constituição Brasileira de 1988, a Convenção 169 da OIT, a Declaração da ONU e a Declaração da Americana sobre os direitos dos Povos Indígenas. Este simpósio propõe o debate sobre as políticas de desenvolvimento agrícola/fundiário brasileiras que ocasionam conflitos socioambientais e violam os direitos dos povos indígenas e tradicionais provocando genocídios.

Coordenadores: Prof. Dra. Caroline Barbosa Contente Nogueira (UFGD) e Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – Universidade Federal de Goiás (UFG). Membros da Mesa: Prof. Me. Tiago Resente Botelho (UFGD) e Prof. Dra. Aline Castilho Crespe Lutti (UFGD).

Caroline Barbosa Contente Nogueira – Universidade Federal da Grande Dourados
caroline.nogueira@gmail.com

Fernando Antonio de Carvalho Dantas – Universidade Federal de Goiás
fdantas.ufg@gmail.com

Informações sobre o Congresso: <http://ica2018.es>

Eixo Temático “Estudos Sociais”: <http://ica2018.es/estudos-sociais/>

Regras para envio de trabalhos: <http://ica2018.es/inscripcion-y-cuotas/>

Registro e envio das propostas: <https://www.conftool.pro/ica2018/>

Datas importantes:

15 de junho 2017

Início do prazo de submissão de comunicações.

20 de outubro 2017

Termino do prazo de submissão de comunicações.

31 de outubro 2017

Divulgação das comunicações aceitas.

Até 1 de junho de 2018

Entrega dos artigos completos através da plataforma web do Congresso.



Para consulta de datas visite: <http://ica2018.es/fechas-importantes/>